

ENTREVISTA

Teodora Cardoso Presidente do Conselho de Finanças Públicas

“Discutir se o Estado deve gastar mais é fugir ao problema”

Texto **JOÃO SILVESTRE**
Foto **ALBERTO FRIAS**

Para Teodora Cardoso, manter o défice abaixo dos 3% não é um impedimento ao crescimento da economia. É, na sua opinião, um imperativo que facilmente pode falhar se nada for feito e se não forem mantidas algumas medidas de austeridade. Austeridade é, de resto, uma palavra que a presidente do Conselho de Finanças Públicas (CFP) rejeita por não afastar a discussão do que realmente interessa: meter a economia a crescer sem ser à base de crédito.

■ Uma das conclusões do relatório do CFP é que, sem novas medidas ou não renovando algumas das que estão em vigor, o défice ultrapassa 3% em 2016. É inevitável manter a austeridade?

■ Não é exatamente isso que o relatório diz. Para que algumas medidas continuem em vigor tem de haver decisões explícitas. O caso típico é, por exemplo, a sobretaxa no IRS que tem sido renovada anualmente no Orçamento do Estado. Nós admitimos que ela deixaria de existir. A mesma coisa acontece com a reposição dos cortes na Função Pública. Não significa que estejamos a prever isso. Haverá naturalmente medidas alternativas.

■ Seja qual for o cenário, tem de se manter alguma austeridade?

■ A discussão da austeridade é uma excelente maneira de não se discutir nada do que precisa de ser discutido. Discutir se devemos pôr o Estado a gastar mais dinheiro, sem o ter, é fugir ao problema que é meter a economia a crescer com base em produtividade e emprego. Se não fizermos nada, caímos novamente em défice excessivo.

■ É o pior dos cenários?

■ Exatamente. E deixemo-nos de conversas de austeridade.

■ Não é incompatível manter o défice controlado, abaixo de 3%, sem comprometer o crescimento?

■ É perfeitamente possível. Só é possível baixar dos 3% de défice se fizermos crescer a economia da maneira correta e não pondo o Estado a gastar mais dinheiro.

■ Foi o que falhou nos anos anteriores à crise?

■ Sim. Andámos durante 15 anos com acesso a crédito, que usámos em grande quantidade e acabámos por tornar a economia extremamente vulnerável.

■ E sem ter sequer um crescimento significativo.

■ Tivemos um crescimento medíocre e muito baseado em coisas de curto prazo. Esse não é o caminho. Hoje as economias estão todas a defrontar-se com grandes dificuldades. Há muitas coisas a mudar em termos demográficos, tecnológicos, institucionais e as políticas de cada país ainda não se adaptaram.

■ Portugal não pode resolver sozinho todos os problemas?

■ Não pode fazer grande coisa. Mas pode

manter-se numa situação em que, pelo menos, aproveite as oportunidades. Neste momento, a Europa está a crescer um pouco mais, temos taxas de juro baixíssimas e há certamente oportunidades para investir.

■ Mas para que as empresas possam aproveitar as taxas de juro baixas não seria necessário que a banca também estivesse a funcionar normalmente?

■ Aí há um problema que não é só nosso. A crise financeira 2007-2008 começou precisamente pela banca — não pela nossa — e estas medidas do programa de compra de dívida do BCE (QE, do inglês *quantitative easing*) e as taxas de juro zero têm sido maneiras de procurar remediar essa situação. E não remediaram completamente.

■ Falta uma verdadeira reforma do Estado?

■ Não é só uma reforma do Estado. É a reforma da própria Administração Pública, que é menos complicada politicamente e também precisa de ser feita. Temos tido imensas reformas mas as coisas vão ficando na mesma e o mundo mudou. Neste momento, o Estado precisa muito mais

“Se o BCE não fizesse QE era um desastre”

Para Teodora Cardoso, os mercados deixaram o Banco Central Europeu (BCE) numa situação de quase obrigatoriedade de avançar com o programa de compra de dívida (QE) porque assumiram isso como uma certeza. “Se o BCE não tivesse feito o QE era um desastre”, sublinha. O que não quer dizer que o seu impacto seja fácil e imediato na economia real.

“É muito mais fácil e rápido transmiti-la aos ativos financeiros”, diz destacando, no entanto, o efeito positivo que já está a ter na taxa de câmbio do euro. Também não acredita muito no cenário de deflação de que tanto se fala por não ver “as pessoas deixar de consumir à espera que os preços baixem”. Sobre a eventual necessidade de estímulos orçamentais, prefere colocar a tónica em outras medidas sobre a procura interna (como a subida do salário mínimo na Alemanha) e menos em medidas orçamentais que os alemães nunca vão querer. Não acredita na saída da Grécia do euro porque “não interessa a ninguém”. A questão agora, refere, é tentar arranjar “uma maneira em que ninguém perca a face completamente”. Não espera, ainda assim, que haja mudanças de fundo e antevê mesmo que continue a haver alguma complacência como aconteceu no passado.

de gente qualificada em coisas tão óbvias como tecnologias de informação ou até juristas. São classes que têm oportunidades fora do Estado.

■ Há um problema de seleção adversa? O Estado não consegue contratar ou, pelo menos, não consegue contratar os melhores?

■ É um problema de seleção adversa se o Estado continuar a considerar que toda a gente que é chefe de divisão ou diretor de serviço ganha o mesmo, faça o que fizer.

■ Muitas vezes o Estado acaba por contratar fora esses mesmos serviços informáticos e jurídicos.

■ E isso tem dois problemas. Um deles é que é caro, pelo menos tão caro. E outro é que o Estado fica nas mãos de entidades de quem depois depende, é capturado.

■ Olhando para a realidade política e tendo em conta que temos eleições dentro de seis meses, isso pode ser um entrave a haver uma discussão desse tipo?

■ Os partidos têm sempre de estar preocupados em ganhar eleições. É um facto da vida da democracia. Mas há várias maneiras de ganhar eleições. Antigamente era fazer promessas. Isso agora está fora de questão.

■ Agora é mais dizer que se vai retirar ou diminuir a austeridade.

■ Mas dizer que se vai retirar austeridade não chega, não é nada. Quem depois for eleito vai ter o problema de se haver com isso. Os partidos têm de pensar nestes termos e ver quais as opções que são diferentes. Não sou adepta da ideia do bloco central. Uma democracia precisa de dois lados, mas há questões básicas onde os dois partidos se podem entender.

■ Que poderiam ser quais?

■ Simplificação de muitas coisas, reforma da administração pública ou até coisas tão simples como a contabilidade pública.

■ O que espera do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) que o Governo vai apresentar em abril?

■ Estou convencida de que o Governo vai olhar para a situação e ver como foge à previsão que nós fizemos. Há que pensar em medidas para corrigir aspetos na receita e na despesa. Quais, não sei.

■ Uma das questões do relatório do CFP é que, para se chegar ao objetivo de 0,5% de défice, são necessários 2,6 pontos percentuais do PIB de medidas. Acha que o PEC vai ter essas medidas?

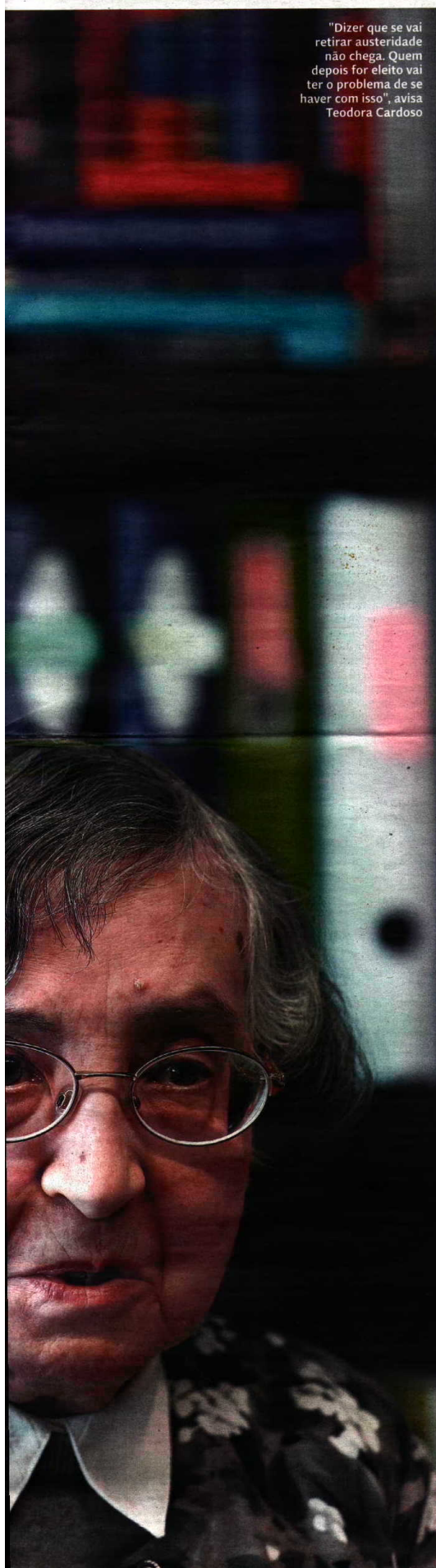
■ Algumas medidas deverá ter.

■ O CFP não tem preferências sobre a melhor estratégia?

■ Há uma coisa que penso que é geral que é termos uma carga fiscal muito alta. Por isso é tão importante o horizonte de médio prazo. A despesa precisa de mais tempo e de se dirigir a ganhos de eficiência. É possível o Estado gastar menos e pagar melhor às pessoas. Porque também não se pode pôr a despedir pessoas com o desemprego que temos.

jsilvestre@expresso.imprensa.pt





"Dizer que se vai retirar austeridade não chega. Quem depois for eleito vai ter o problema de se haver com isso", avisa Teodora Cardoso

"Com as políticas certas a dívida é sustentável"

■ Acha que Portugal vai conseguir cumprir o limite de défice estrutural de 0,5% do Pacto Orçamental?

■ Se conseguíssemos entrar no bom caminho, de crescimento e controlo do sector público, provavelmente conseguiríamos. Mas também não creio que essa seja a questão. A Comissão Europeia percebe os problemas que países como nós têm e é perfeitamente capaz de ajustar os objetivos.

■ Este ambiente de juros baixos é um risco por dar a ilusão aos governos que está tudo bem?

■ Depende muito dos governos.

■ Há quem interprete estas taxas de juro como um sinal do sucesso das políticas seguidas, no caso português.

■ Há aí uma coisa que é verdade: nós voltámos a ter acesso aos mercados e, mesmo sem medidas do BCE, teríamos acesso em condições normais.

■ O relatório do CFP mostra que o efeito bola de neve (os juros crescem mais que o PIB e agravam a dívida) vai ser negativo. Como é que se inverte isto?

■ Considerámos que a taxa de juro média cai 0,1 pontos por ano. É muito pouco. É natural que, a manter-se uma política responsável e as condições em matéria de taxas de juro, a queda seja maior. E uma pequena diferença pode reequilibrar as coisas.

■ A dívida portuguesa é sustentável?

■ Se fizermos um exercício aritmético podemos provar quase tudo. A própria dívida vai-se reestruturando. Falar de reestruturação como uma medida de choque é o contrário daquilo que nos interessa. A reestruturação faz-se no mercado. Se continuarmos a gastar, não é sustentável de certeza.

■ Com as políticas certas é?

■ Exatamente.

■ Como é que os portugueses conseguem compreender que logo após a saída da troika tenha sido intervencionado o BES?

■ Não sei responder. Teve muito a ver com a situação do banco não estar devidamente transparente. Devia ter havido da parte da supervisão um melhor conhecimento da situação e isso é o que está a ser discutido.

■ O FMI e a Comissão Europeia não acreditam que o défice fique abaixo de 3%. O CFP estima 2,8%. Como explica esta divergência?

■ Há medidas difíceis de avaliar, que são aquelas rubricas residuais. Optámos por considerá-las com base no raciocínio de que o governo vai fazer tudo para ficar abaixo dos 3%. É um objetivo político essencial. Por outro lado, a economia está a correr um pouco melhor.

■ O INE divulgou um défice de 4,5% em 2014, abaixo das anteriores estimativas. A execução de 2015 será mais fácil?

■ Representa, em princípio, um resultado favorável para a execução em 2015. No entanto, a avaliação rigorosa exige uma análise mais aprofundada dos dados.

Governo cumpre défice de 2014. E este ano, consegue?

Contas fecharam em 4,5%, três décimas abaixo da meta original. Mas o objetivo deste ano tem riscos, apesar de o PIB

Ao contrário do que acontecia nos primeiros anos do programa da troika, em que o Governo impunha doses reforçadas de austeridade e as metas não eram atingidas, agora a situação inverteu-se. No ano passado, o défice fechou em 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), três décimas abaixo do objetivo original, segundo o reporte do Instituto Nacional de Estatística (INE) que vai ser enviado a Bruxelas. Três décimas foi também o que o défice 'ganhou' à última estimativa do Governo, avançada em outubro passado quando apresentou o Orçamento do Estado (OE) para este ano. É o défice mais baixo desde 2008 e representa uma descida de 6,7 pontos percentuais face aos 11,2% do PIB registados em 2010.

Nem tudo são, no entanto, boas notícias nos números do INE. A dívida pública foi revista em alta, em 2014, e é agora de 130,2% do PIB, contra os 128,7% anteriores. Para este ano, a estimativa é de 125,4%. Foram igualmente revistos em alta os níveis de dívida dos anos 2012 e 2013. Estas revisões estiveram relacionadas, por um lado, com a correção do próprio valor da dívida (2014) e, por outro, com a revisão dos valores do PIB (anos anteriores).

A grande questão, neste momento, é saber se a meta de 2,7% prevista para este ano será igualmente cumprida. Até porque tem um peso reforçado pelo facto de permitir a Portugal sair do Procedimento por Déficit Excessivo ao baixar a fasquia dos 3%. O Governo insiste que o objetivo é para cumprir — Passos Coe-

lho voltou a fazê-lo esta semana em entrevista à revista japonesa "Nikkei" — mas algumas instituições internacionais, em particular o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Europeia, apontam para valores acima do limiar de Maastricht.

As dívidas do FMI e Comissão têm, essencialmente, a ver com o facto de haver uma fatia significativa dos cortes na despesa que não estão suficientemente especificados e, ao mesmo tempo, o Governo estar a contar com um crescimento de 4,7% na receita fiscal que poderá ser difícil de atingir dado o andamento da economia. Mesmo que o PIB cresça acima da previsão de 1,5% considerada no OE, como admite, por exemplo, o Banco de Portugal que ontem avançou uma projeção de 1,7%.

Já o Conselho de Finanças de Públicas (CFP) acredita na meta e aponta para 2,8% do PIB. Como explica a presidente Teodora Cardoso, em entrevista publicada nestas páginas, a CFP considera que o Governo irá fazer tudo para ficar abaixo de 3% e também que o maior crescimento e um défice de partida mais baixo vão ajudar.

Para já, apenas são conhecidos dados da execução orçamental até fevereiro, revelados esta semana, e não são muito animadores. Ainda que haja rubricas com um perfil que não é uniforme ao longo do ano. O défice agravou-se para €240 milhões, a despesa está a crescer — mesmo nos salários dos funcionários — quando devia descer segundo as estimativas do OE e a receita fiscal cresce a um ritmo (2,1%) inferior ao esperado (4,7%).

Contas ainda sem BES

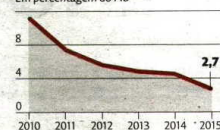
O défice de 4,5% divulgado pelo INE corresponde a um valor de €7822 milhões, onde se incluem, como explica o documento, operações no valor de €1490 milhões (0,86 pontos percentuais do PIB) "referente ao registo das operações de financiamento do Estado à STCP (Sociedade de Transportes Coletivos do Porto) e à Carris, ao write-off de non performing loans (registo de perdas) do BPN Crédito, detidos pela Parvalorem, S.A. e à assunção da dívida garantida do Fundo de Contragarantia Mútuo". Ou seja, operações extraordinárias que não estão diretamente relacionadas com o normal funcionamento do Estado.

Não está contabilizada ainda a operação do BES que só será decidida no verão. Tudo vai depender da venda ou não do Novo Banco. Em caso de a venda se concretizar, dependerá do valor da transação: se for superior ao montante de capital injetado (€4,9 mil milhões) não haverá impacto no défice; caso seja inferior, haverá um impacto correspondente à diferença.

Como o objetivo das autoridades portuguesas é vender o banco em breve e há, segundo o Banco de Portugal, sete interessados, este é o quadro de análise mais provável em relação ao qual o Eurostat terá de decidir. Caso o banco não seja vendido a breve prazo, a operação será avaliada de forma diferente. Se o banco for considerado rentável, não haverá impacto. Mas se a injeção de capital for considerada uma forma de apoiar um negócio deficitário terá que ser registada no défice, o que implicaria um agravamento em quase três pontos percentuais do PIB. J.S.

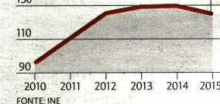
DÉFICE ORÇAMENTAL

Em percentagem do PIB



DÍVIDA PÚBLICA

Em percentagem do PIB



PREVISÕES DO BDP

	2015	2016	2017
PIB	1,7	1,9	2
Inflação	0,2	1,1	1,1
Balança com. (% PIB)	2,7	2,6	2,5
Saldo externo (% PIB)	3,3	3,3	3,5

FONTE: BANCO DE PORTUGAL

Teodora Cardoso
Presidente do Conselho
de Finanças Públicas

**“Se não
fizemos
nada,
caímos
outra vez
em déficit
excessivo”**

E16

FOTO ALBERTO FRIAS

